

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

REQUERIMENTO Nº , DE 2019.

(Da Sra Deputada Luizianne Lins)

Requer a realização de audiência pública para discutir e avaliar os impactos da proposta de Reforma da Previdência na vida das mulheres.

Requeremos, com base no artigo 32, inciso XXIV, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para discutir os impactos da proposta de Reforma da Previdência na vida das mulheres.

JUSTIFICATIVA

A Reforma da Previdência proposta pelo Presidente Jair Bolsonaro representa o desmonte da seguridade social e o fim da única experiência de Estado de bem-estar social que o Brasil já teve. O aumento da idade mínima e do tempo de contribuição impõe ao povo brasileiro, especialmente à mulher trabalhadora, uma vida laboral longa, extenuante, e quase ou nenhum tempo de aposentadoria.

A PEC 6/2019 atinge o povo brasileiro de maneira geral, sobretudo aquela parcela da população que mais precisa do Estado, como os beneficiários da assistência social, pobres, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, trabalhadores rurais e jovens. A proposta acaba com a aposentadoria só por tempo de contribuição, amplia o prazo para o alcance do benefício integral, aumenta a carência das aposentadorias, acaba com as diferenças entre homens e mulheres trabalhadoras rurais, ignora a dupla e tripla jornadas de

trabalho da mulher, reduz a pensão por morte e desvincula do salário mínimo, altera a composição do benefício por dependentes entre outras alterações no Benefício de Prestação Continuada e Servidoras Públicas.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), do total de dependentes da pensão por morte, 83,7% são mulheres e só 16,3% são homens. Em 2017, foram pagas 7,6 milhões de pensões, que correspondem a 27% dos benefícios previdenciários. Pensionistas no Regime Geral de Previdência Social recebem hoje 100% do benefício herdado. Com a mudança, a viúva ficaria com 60% do benefício e o restante seria distribuído em cotas de 10% por filho menor de 21 anos, até o limite de 100%. A reforma também acaba com a possibilidade do acúmulo integral de pensão e aposentadoria. Na proposta de reforma, novas pensões terão redução do valor.

O discurso falso de déficit da Previdência Social é o argumento para mostrar a identidade moral dos covardes. É totalmente inoportuna uma reforma elitizada, masculinizada, excludente e que põe a condição humana submetida exclusivamente ao labor, renunciando à vida como bem supremo.

Diante da justificativa ora exposta, peço às nobres e aos nobres colegas a aprovação deste requerimento. É necessário e urgente discutir de forma cautelosa e ampliada os aspectos e impactos dessa Reforma na vida das mulheres.

Sugerimos dentre outros convidados, representantes das seguintes entidades para discutir o tema:

1. Representante do Movimento de Mulheres - Marcha Mundial de Mulheres - MMM e/ou União Brasileira de Mulheres - UBM;
2. Representante da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
3. Representante da Central Única de Trabalhadores - CUT;

4. Representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO;
5. Secretário Especial da Previdência, Rogério Marinho;

Sala da Comissão, em de abril de 2019.

Luizianne Lins
Deputada Federal PT/CE